Desejando cumprir os 7 minutos de intervenção, vou apenas deixarvos aqui o convite à reflexão em torno de 3 aparentes paradoxos sobre esta questão da democracia que temos e da democracia que queremos.

E desses convites à reflexão, o primeiro é a propósito da nossa Constituição.

Como todos sabemos, ela foi aprovada a 2 de Abril de 1976. Desde então, TODOS os governos, ditos constitucionais, governaram contra a Constituição, governaram afrontando a Constituição, mutilaram a Constituição, tentaram destruir a Constituição, e procuraram reimplantar em Portugal um sistema que é o oposto àquele para que aponta a Constituição.

E apenas de 6 governos se pode dizer terem alguma vez governado Portugal a favor da Constituição, os 6 governos provisórios, e mesmo nestes, é preciso destacar os 4 presididos pelo General Vasco Gonçalves.

Curiosa lei, que enquanto não existiu foi cumprida e que depois de formalmente aprovada foi sistematicamente violada pelos que a juraram cumprir e fazer cumprir.

Este aparente paradoxo ilustra bem a dialética do processo revolucionário. É que a Constituição de Abril sendo a última conquista da nossa Revolução, a conquista onde se plasmaram todas as restantes conquistas, é fruto de um processo tão democrático, tão popular e participado, tão verdadeiro, que 38 anos de contra-revolução foram suficientes para reconstruir o capitalismo monopolista de estado mas não conseguiram liquidar a Constituição de Abril.

E a democracia que queremos é exactamente esta, a que leva à tomada de opções que sirvam os genuinos interesses do nosso povo, e não, como acontece hoje, um sistema que se limita a

legitimar as opções que servem os interesses das classes exploradoras, que se limita a disfarçar – cada vez pior – a forma profundamente ditatorial como o poder económico submete o poder político e procura submeter as massas populares e os trabalhadores.

E por falar em domínio do poder económico, que dizer destes últimos três anos de ocupação neocolonial do nosso país pela troika estrangeira, com a activa colaboração da troika nacional? Onde está o carácter democrático deste processo? No facto de os seus executantes nacionais terem sido eleitos pelo voto popular? Isso não é democracia, até porque todos nos lembramos que foram eleitos a prometer o exacto oposto daquilo que executaram assim que tomaram o seu turno no governo.

E que nos diz sobre esse poder o facto de todas as opções que toma afrontarem, não apenas os interesses reais da maioria do nosso povo, mas igualmente a sua vontade livremente expressa? Diz-nos que esse poder é profundamente anti-democrático.

O facto de ondas sucessivas de burlões conseguirem enganar o povo e sacar-lhe procurações para executar políticas anti-populares não serve para legitimar a burla, apenas revela a sua eficácia.

E não se trata sequer de saber quem é eleito. O sistema seria democrático se me elegesse a mim, e anti-democrático se te elegesse a ti. A questão não é essa, é radicalmente outra. O sistema é anti-democrático na medida em que, independentemente de quem elege, as opções políticas que vai implementar estão prédeterminadas e servem os interesses de uma determinada classe e essa classe é a grande burguesia monopolista cujos interesses se chocam com os interesses da esmagadora maioria do nosso povo.

Mais um aparente paradoxo a convidar à reflexão, este de ser o voto popular o mecanismo de legitimação das políticas antipopulares, das políticas de expoliação do próprio povo.

Um último apontamento sobre esta questão da democracia que temos e da que queremos.

Dizem-nos que temos liberdade de expressão. Mas temos? Todos? Na maioria das empresas existe liberdade de expressão? Ou a expressão de determinado tipo de opiniões implica o imediato despedimento?

Dizem-nos que temos liberdade sindical. Mas temos? Todos? E quantos dirigentes foram despedidos o ano passado pelo facto de o serem? E quantos mais foram perseguidos, prejudicados, reprimidos? E em quantas empresas o simples acto de descontar a quota sindical directamente no ordenado é um acto de coragem que muitas vezes implica a imediata e brutal repressão?

Dizem-nos que temos liberdade de imprensa. Terão o Balsemão, o Belmiro, e mais uns quantos. Se até a imprensa regional se teve que vergar à ditadura dos anunciantes, e a que não se vergou foi destruída. E onde está a liberdade quando um acontecimento da dimensão da Festa do Avante é praticamente removido da Comunicação Social por afrontar os interesses dos seus proprietários?

Dizem-nos que somos livres. Mas somos? Se temos mais de 20% de desemprego e a maioria de nós nem para comer é livre se ficar desempregado. Se é o medo o factor primeiro das opções que a maioria toma na sua vida — o medo de ficar desempregado, o medo de não conseguir alimentar os filhos, o medo de ficar sem protecção na velhice, o medo dos assassinatos, crimes e cataclismos com que inundam os telejornais, o medo da vida e o medo da morte. E não há liberdade onde há medo!

E podiamos continuar neste registo, questionando o crescente abismo entre os direitos formais que mantemos e o verdadeiro acesso aos direitos e às liberdades. E também este aparente

paradoxo nos convida à reflexão. É que a democracia que queremos é simultaneamete política, económica, social e cultural porque só assim é democracia.

A terminar, queria aqui recordar uma entrevista de Julho de 1974 a Vasco Gonçalves, acabava de ser nomeado o 2º governo provisório: À pergunta «Que democracia para Portugal, sr. Primeiro-Ministro?» respondeu então Vasco Gonçalves «A democracia que o Povo Português, finalmente livre e sem coações de qualquer espécie, entender que é a que melhor serve os seus interesses.»

Assim será! Com Abril.